

anos  
tombamento  
do acervo

DOSSIÊ  
**GOIÂNIA**



anos  
fundação  
da cidade

**REVISTA NÓS**

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS  
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

## AS TRANSFORMAÇÕES DO BOSQUE DOS BURITIS E A EXPANSÃO DA CIDADE DE GOIÂNIA

*BOSQUE DOS BURITIS'S TRANSFORMATIONS AND THE EXPANSION OF GOIÂNIA*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10735287>  
Envio: 05/12/2023 ♦ Aceite: 27/12/2023



**Ana Flávia Rêgo Mota**

Arquiteta e Urbanista pela UEG (2013), especialista em História Cultural pela Faculdade de História da UFG (2015), mestre (2017) e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da FAU-UnB. Tem experiência em atividades de pesquisa e ensino (UNIP-Brasília e UnB) com foco nas áreas de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. É membro dos grupos de pesquisas Topos (Labeurbe) e Cidades Possíveis.



Área Verde da Praça Cívica, Setor Central, Goiânia  
Foto: Geany Gabriely, 2023

## 1. O PROJETO DA NOVA CAPITAL E SUAS ÁREAS VERDES

Na década de 1930, a criação da cidade de Goiânia, localizada no centro do país, para substituir a antiga capital do Estado de Goiás, Vila Boa, atual Cidade de Goiás, esteve carregada de expectativas com relação ao que a nova cidade deveria representar. Esperava-se que ela afirmasse a modernização conquistada pelo estado após a chegada, na região, da linha férrea vinda de Minas Gerais. Márcia Metran de Mello (2006), arquiteta com vasta pesquisa sobre a cidade de Goiânia, refere-se à nova capital como a possibilidade de concretização do desejo de superação do estigma de atraso que o Estado de Goiás possuía, onde os avanços tecnológicos não chegavam, “um lugar no fim do mundo”, ideias comuns com relação às cidades do interior do país.

A nova capital do Estado trazia consigo um conteúdo simbólico que apontava para ideias de novos tempos de desenvolvimento e progresso. Pretendia-se que a cidade fosse o marco da passagem para uma nova etapa na história: isso significava que a sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, ressignificação (MELLO, 2006, p.31).

Para o escritor Alberto Manguel (2013), a existência dos lugares na imaginação sempre precede sua existência no mundo material, o autor considera a imaginação uma função humana vital que possibilita criações e novos olhares sobre a realidade. Sendo assim, os projetos arquitetônicos e urbanísticos podem ser compreendidos como o intuito de materialização de ideias imaginadas e almejadas (PESAVENTO, 2005). Por conseguinte, o processo de ressignificação que Goiânia deveria desencadear encontra forte respaldo no seu plano urbanístico (Figura 1), elaborado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, entre 1932 e 1935.

A representação da modernização alcançada pelo Estado de Goiás se deu com um plano urbanístico carregado de conteúdo simbólico e revelador dos sonhos de uma época (MELLO, 2006). Seu projeto se baseia no que Atílio Corrêa Lima se referiu, por vezes, como “critério moderno” ou “tendências modernas” e apresenta influência do urbanismo barroco nos traços do centro administrativo (Figura 2), “o principal motivo da cidade” (LIMA, 1942a, p.100), cuja característica é definida pelo desenho radial e por grandes avenidas que convergem para os monumentos ou edifícios mais importantes, conferindo-lhe caráter monumental. Além disso, propõe o zoneamento da cidade com usos específicos para cada área e dá grande importância para suas áreas verdes e cursos hídricos, numa tentativa de atender aos padrões sanitários da época. Com isso, pretendeu-se afirmar a cidade como expressão de progresso e desenvolvimento, um símbolo dos avanços conquistados pelo Estado de Goiás.

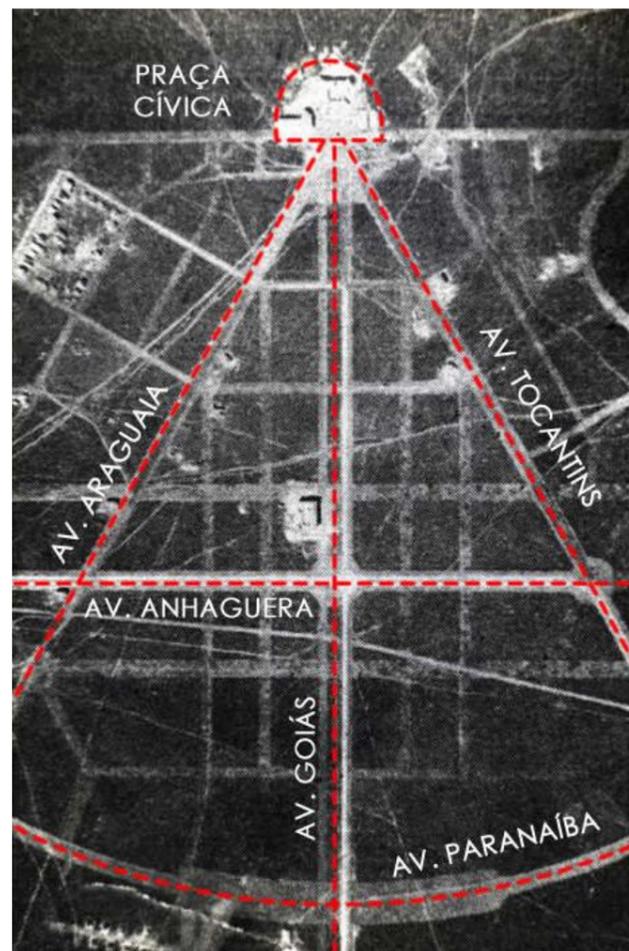
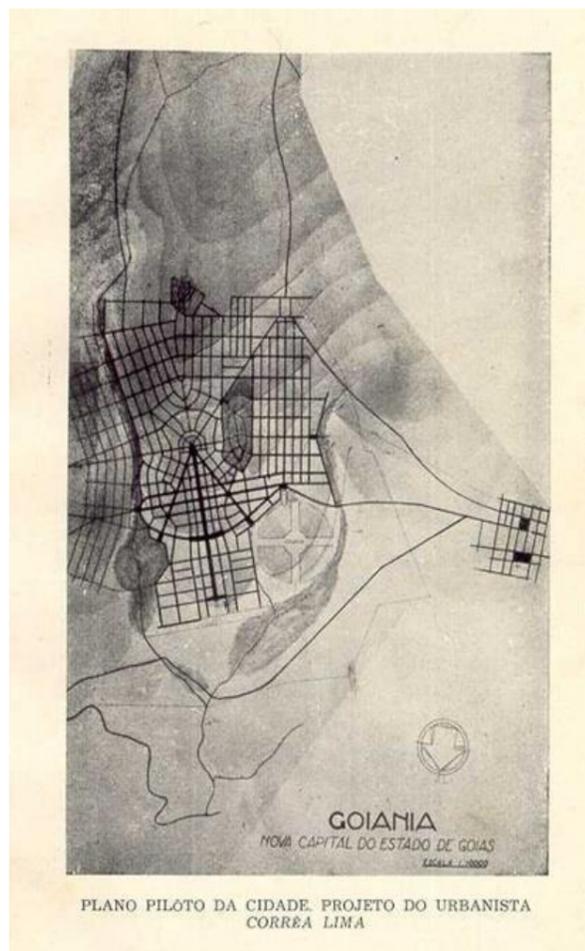
Côrrea Lima afirma que, por se tratar da formação de uma nova cidade, a preservação da natureza foi tida como uma prioridade (LIMA, 1942a, p.106). O projeto para Goiânia determinava que, de um total de 1.082 hectares projetados, 162 hectares seriam destinados aos espaços livres, tomando como tal, não apenas os parques e as praças, mas as vias públicas ajardinadas, as áreas destinadas aos esportes e *playgrounds*. A taxa representava 14,97% da área

**RESUMO** No plano urbanístico elaborado por Atílio Corrêa Lima, em 1933, para a nova capital do Estado de Goiás, alguns parques foram estabelecidos como pulmões da cidade em estreita relação com os cursos d'água existentes, além de serem propostos para o lazer e embelezamento urbano. O Bosque dos Buritis foi previsto e definido como um deles, uma área de lazer e de preservação ambiental, e que, mais tarde, contribuiu com o início a discursos de “cidade verde”, “cidade sustentável”, que estimularam a construção de mais de 10 parques na cidade, na última década. O artigo analisa, a partir de categorias de análise propostas pelo geógrafo Angelo Serpa, como as transformações ocorridas no Bosque dos Buritis podem levá-lo a se estabelecer como um modelo de expansão da cidade de Goiânia nos últimos anos.

**Palavras-Chave:** Bosque dos Buritis, Goiânia, parque urbano, expansão urbana, visibilidade.

**ABSTRACT** In the urban plan drawn up by Atílio Corrêa Lima, in 1933, for the new capital of the State of Goiás, some parks were established as lungs of the city in close relationship with existing watercourses, in addition to being proposed for leisure and urban beautification. The Bosque dos Buritis was foreseen and defined as one of them, an area of leisure and environmental preservation, and which, later, contributed to the beginning of discourses of “green city”, “sustainable city”, which stimulated the construction of more of 10 parks in the city in the last decade. The article analyzes, based on categories of analysis proposed by geographer Angelo Serpa, how the transformations that occurred in Bosque dos Buritis could lead it to establish itself as a model of expansion for the city of Goiânia in recent years.

**Keywords:** Bosque dos Buritis, Goiânia, urban park, urban expansion, visibility.



total, o que significava uma proporção de 308 habitantes para cada hectare de área verde, levando-se em conta que a cidade atingiria o máximo previsto no projeto de cinquenta mil habitantes. O arquiteto sugeriu que, numa possível expansão da cidade, seu entorno teria terras suficientes para que outras áreas verdes fossem criadas, mantendo-se os níveis de salubridade almejados.

A preocupação com o desmatamento dessas áreas, considerando a possibilidade do crescimento desordenado da cidade, fez com que Corrêa Lima as demarcasse com certa precisão no projeto:

Será inevitável, dentro em breve, a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. (...) É preciso, portanto, que desde já fiquem bem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde possa a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos. (LIMA, 1942a, p.106)

Os espaços livres seriam utilizados para o lazer e embelezamento urbano, mas, além do caráter estético que confeririam, buscava-se estabelecer um ambiente beneficiado por reservas de oxigênio (LIMA, 1942a, p.105). Optou-se por preservar certas áreas já beneficiadas pelos recursos naturais (Figura 3), considerando que elas apresentavam uma estreita relação das áreas verdes nativas com os cursos d'água, garantindo, de um modo eficaz, a pureza da água

Figura 1: Plano da Nova Capital de Goiás, Projeto de Atílio Corrêa Lima, elaborado entre 1932 e 1935. Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás.

Figura 2: Foto aérea do início das obras da nova capital, de 1936. Em destaque, as principais avenidas do centro da cidade na forma do "pé de pato". Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás. Intervenção da autora, 2016.

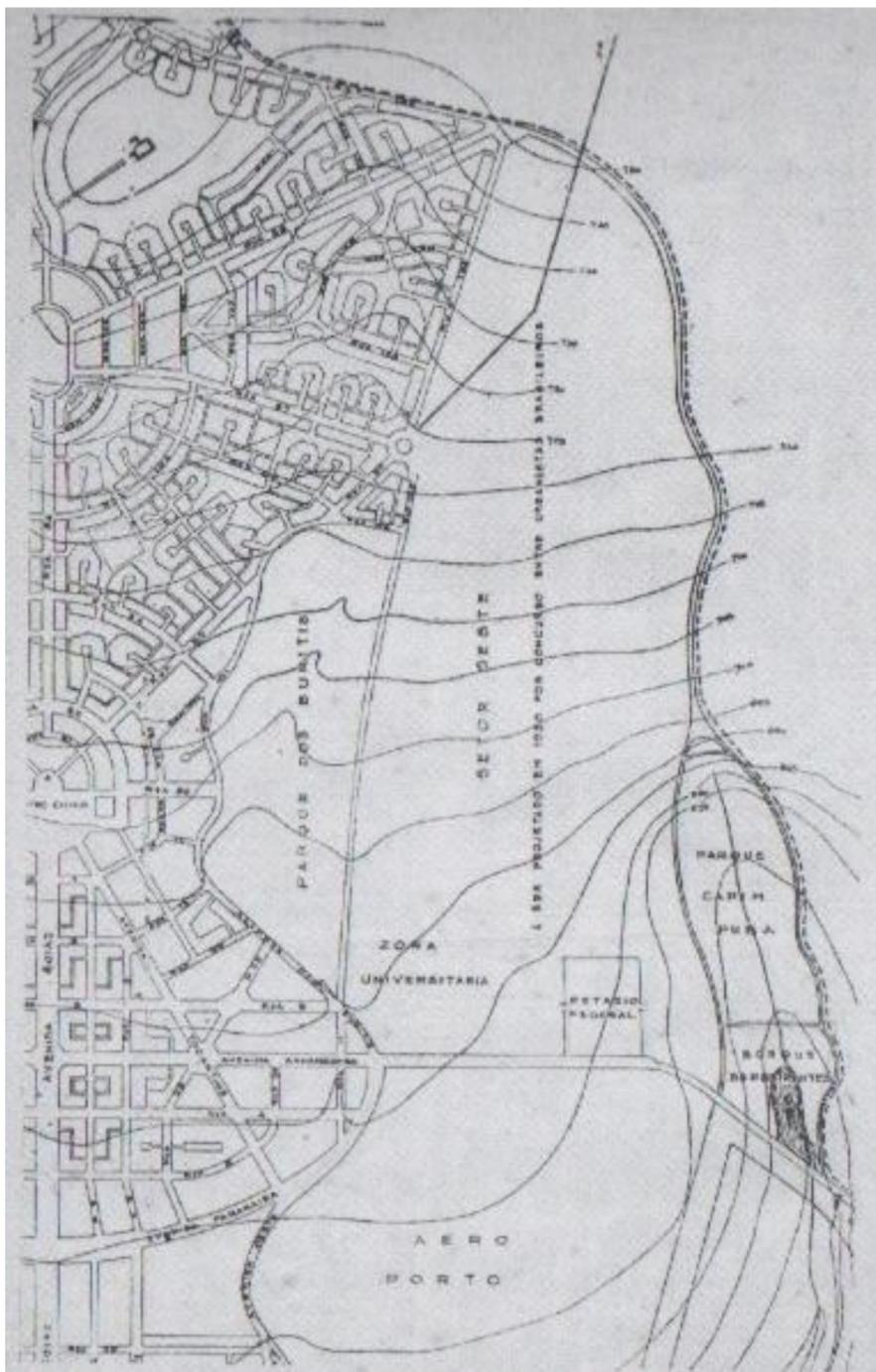
que abasteceria a cidade. Dessa maneira, o parque urbano Bosque dos Buritis, então Parque dos Buritis, foi definido no plano:

O buritizal, localizado na extremidade da Rua 26, será transformado em pequeno parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo *talweg*, em canal descoberto tirando partido deste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Este parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixas ao longo do *talweg* e medirá 50 metros para cada lado deste, no mínimo, formando o que os americanos denominam de Park-way. (LIMA, 1942b, p. 51).

A proposta de Corrêa Lima consistia na elaboração de um parque que salvaguardasse o curso hídrico que passava pelo local, o Córrego dos Buritis, "tirando partido deste para os efeitos de cascata e um grande lago recreativo" (Ibid., p.107), e que preservasse a área verde, proporcionando lazer e embelezamento para a cidade. Pelas mesmas razões, encontram-se no projeto os parques Botafogo, que seria o maior da cidade, e Paineira, além de dois longos *park-ways* margeando os córregos Botafogo e Capim Puba, que formariam o grande cinturão verde ao redor de Goiânia. O Bosque dos Buritis seria o segundo maior parque da cidade, com 40 hectares, o equivalente a 400.000m<sup>2</sup>, um espaço livre, inalienável, cujo uso como área de lazer e de preservação ambiental não poderia ser alterado.



Figura 3: Plano urbanístico da cidade de Goiânia, elaborado por Atílio Corrêa Lima, com destaque para as áreas verdes vinculadas aos cursos hídricos. Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás. Intervenção da autora, 2016.



**Figura 4:** Detalhe do Parque dos Buritis e do Setor Oeste com a indicação “A ser projetado em 1950 por concurso entre urbanistas brasileiros”. Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás.

Os espaços livres, de fato, mantiveram-se como parques, entretanto, Ribeiro (2004) afirma que o governo acompanhou a expansão da cidade e se preocupou com as determinações do projeto apenas nos primeiros anos de sua construção. Em seguida, a pressão de particulares para a liberação de parcelamentos de terras resultou na deficiência de áreas verdes, muitas delas reduzidas a pequenas praças implantadas, inúmeras vezes, sem respeito aos limites dos cursos hídricos.

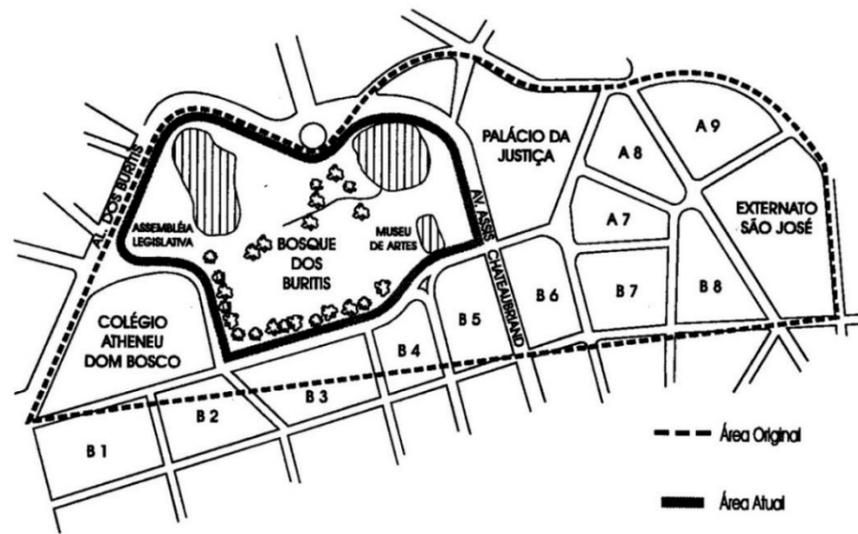
Os lotes muitas vezes tinham seu limite no talvege, situação agravada pela falta de articulação entre loteamentos, gerando uma ocupação rarefeita com grandes vazios

urbanos e infraestrutura em descontinuidade, construções feitas de forma desordenada e sem restrições de uso, fosse ele industrial, comercial ou residencial. (RIBEIRO, 2010, p.65)

O Setor Oeste é um exemplo característico dessa situação. Localizado no entorno imediato do Bosque dos Buritis, o bairro deveria ser implantado somente após a década de 1950, quando, previa-se que a cidade construída já estaria adensada o suficiente para exigir a demanda de novos loteamentos (Figura 4). O projeto do Setor Oeste seria definido através de concurso nacional, todavia, o concurso não aconteceu, e em 1940, os técnicos do estado anteciparam a elaboração do projeto, que foi aprovado em 1947 (FERREIRA JÚNIOR, 2007). A implantação do novo bairro, no início da década de 1950 (Figura 5), foi um dos fatores responsáveis pela redução de, aproximadamente, 70% da área demarcada para o Bosque dos Buritis no projeto piloto de Goiânia

**Figura 5:** Vista aérea de Goiânia no início da implantação dos Setores Sul e Oeste. Fonte: SEPLAM.





**Figura 6:** Ilustração apresentando a diferença entre a área destinada para o Bosque dos Buritis no plano urbanístico elaborado por Atílio Corrêa Lima e a área ocupada pelo parque atualmente. Fonte: AMMA, 2008.

(AMMA, 2008) (Figura 6). Naquele momento, o local teve grande parte de suas espécies vegetais extirpadas em função da demarcação de novos loteamentos e da implantação de edifícios (JÚNIOR, 1996), além da utilização das árvores como fonte de matéria-prima para a construção dos novos edifícios ou da abertura das novas vias da cidade.

Posteriormente, o adensamento do bairro e sua valorização imobiliária resultaram em denúncias e divulgações na imprensa local do desmatamento e descuido com relação ao Bosque. Conseqüentemente, diversas intervenções foram executadas ao longo dos anos e transformaram o local no que ele é atualmente. Um dos parques urbanos mais antigos da capital que, uma vez que deixou de ser uma reserva ambiental no limite da cidade ou uma área verde cercada por dois importantes bairros da capital, foi eleito o cartão postal da



**Figura 7:** Vista de cima do Tribunal da Justiça do jato d'água instalado no lago do Bosque dos Buritis, em 1995. Foto: Kátia do Carmo de Paiva. Fonte: SEPLAM.

cidade numa votação aberta à população e considerado o lugar mais aprazível de Goiânia (Figura 7).

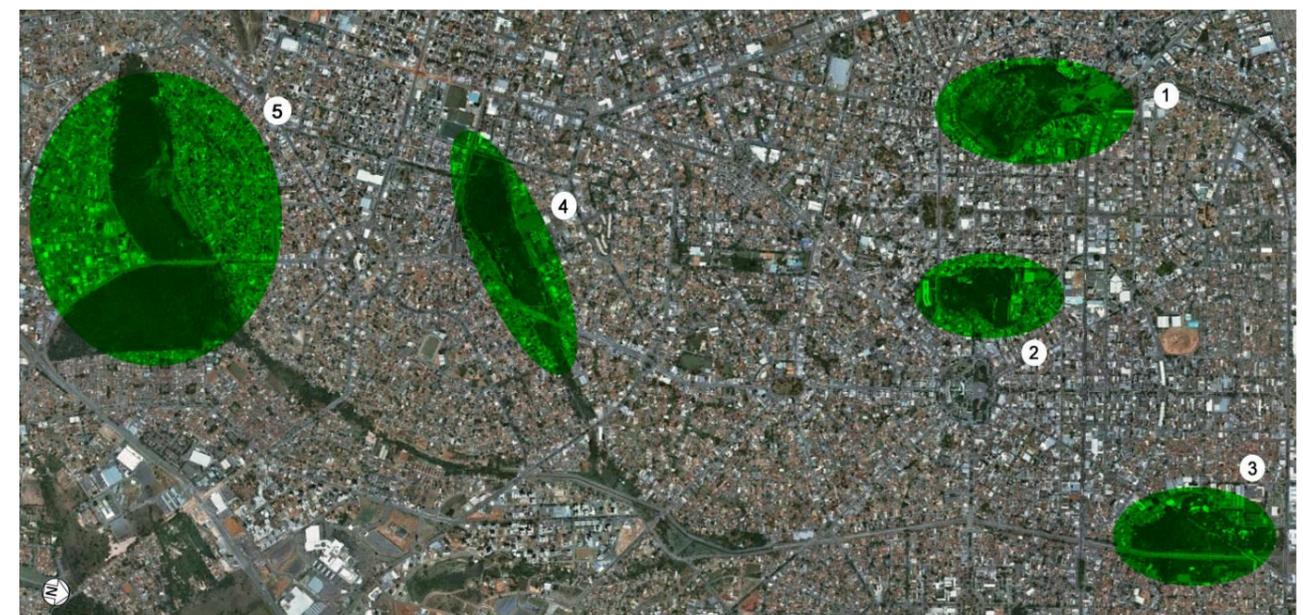
## 2. AS TRANSFORMAÇÕES DO BOSQUE DOS BURITIS

Em outubro de 1992, uma matéria do Jornal O Popular intitulada “Bosque dos Buritis conquista goianienses e muda paisagem”, afirmou que, desde de 1989, o local havia passado por uma completa reforma que o transformou no “verdadeiro pulmão verde”, numa “réplica de oásis urbano”, e considerou que “[...] o amor pelo Bosque é uma realidade nos corações de todos que conhecem e já visitaram a área e a consciência ecológica é mais que evidente na grande maioria da população”. A matéria afirmou ainda que o Bosque seria o “mais novo atrativo para turistas em Goiânia”, mas mencionou, num tom nostálgico, o fato de existirem no local apenas 24 exemplares da árvore que dá o nome ao parque.

Em 1993, Darci Accorci foi eleito prefeito de Goiânia e atribuiu o *slogan* “uma cidade ecologicamente correta” à sua administração. A partir da análise de área verde por número de habitantes, afirmava-se que Goiânia era uma das cidades brasileiras que mais havia investido na qualidade de vida da sua população com intervenções nos parques públicos e áreas verdes da cidade (GUIMARÃES, 2010, p. 52).

Ainda nesse governo, em 1994, o Decreto nº 2.109 de 13 de setembro efetivou o tombamento do Bosque dos Buritis como Patrimônio Ambiental Municipal juntamente com as áreas verdes do Bosque do Botafogo, Jardim Botânico, Cabeceira do Areião e Lago das Rosas (Figura 8). O tombamento resultou do intuito de preservá-las impedindo novos desmatamentos e, no caso específico do Bosque dos Buritis, evitou que mais edifícios fossem construídos no local. Além disso, o tombamento dessas áreas verdes centrais reforçava o discurso ambiental da gestão pública.

**Figura 8:** Áreas tombadas pelo Decreto nº 2.109 – 1. Lago das Rosas, 2. Bosque dos Buritis, 3. Bosque do Botafogo, 4. Cabeceira do Areião, 5. Jardim Botânico. Imagem: Google Earth. Intervenção da autora, 2016.



Na sequência, a administração do prefeito eleito, Nion Albernaz (1997-2000), adotou o *slogan* “cidade das flores” e determinou que a limpeza e o visual da cidade seriam a prioridade de sua gestão. Walmir Santos Aguiar, ex-diretor da Diretoria de Parques e Jardins de Goiânia, afirmou que esses objetivos vinculavam-se a uma vontade de transformar a cidade para o turista, esclarecendo que, por essa razão, as intervenções realizadas concentravam-se nas áreas centrais da cidade.

Veja bem, havia uma preocupação em deixar a cidade bonita. Por quê? Porque, quando o turista vem, quando o executivo vem, quando acontecem os congressos na cidade, todo esse pessoal que vem de fora, eles andam mais no centro, mais nas áreas centrais da cidade, raramente acontece de uma pessoa vir no congresso e sair, ir para Vila Mutirão, ir lá para o Parque Atheneu. Normalmente eles não vão. Então a gente passou a ter uma preocupação, uma filosofia de dar um tratamento no centro. Um centro bem dilatado, não o centrinho só da cidade. Então, nós esticamos até aonde a gente pôde. Veja você, a avenida da saída de Guapó é uma avenida larga, muito grande, que a gente deu um tratamento nela. A saída ali, o Jardim Guanabara; nós fizemos lá na Vila Mutirão, em frente à Maternidade Nascido Cidadão, uma praça muito grande. [...] Então, o objetivo na época era realmente dar assistência, dar uma manutenção maior no centro. À medida que a gente ia terminando a gente ia afastando para a periferia, logicamente com a preocupação de atender aquela população mais carente, tal, mas até onde a gente podia, com os limites que a gente tinha [...] (apud OLIVEIRA, 2005, p.73).

Apesar da exclusividade das áreas centrais, as intervenções modificaram os aspectos da cidade e, para Walmir Aguiar, chegaram a se tornar um símbolo e uma marca registrada:



Quando se fala em Goiânia, hoje, fala-se ‘Goiânia a cidade das flores’. Então, eu acho que é uma marca registrada,

como se tem em algumas cidades: Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa; Goiânia, a cidade das flores, é uma marca, que não pode deixar. Então, qualquer governo que assumir, [...] tem que manter. Não tem como querer apagar essa imagem que é da cidade. Isso já é uma marca registrada (apud OLIVEIRA, 2005, p.70).

Com o enfoque dado para as áreas verdes e arborização da cidade, e com a tentativa de se criar uma imagem de Goiânia vinculada a elas, o Bosque passou a ser uma opção de lazer da cidade bastante frequentada e afirmava-se que, em 1997, recebia uma média de cinco mil visitantes diariamente e só perdia para o Parque Mutirão e para o Jardim Zoológico em número de usuários por dia (DIÁRIO DA MANHÃ, 1997).

Posteriormente, no ano de 1999, um concurso organizado pela Secretaria de Turismo e pelo Banco Itaú intitulado “Eleja Goiânia – a cidade que mora no seu coração”, escolheu o Bosque como o lugar mais aprazível de Goiânia, numa disputa que incluía o Parque Vaca Brava (segundo colocado), a antiga Estação Ferroviária (terceira colocada), o Monumento às Três Raças (quarto colocado) e a Praça Cívica (última colocada). O prefeito Nion Albernaz afirmou que, apesar de não ser o símbolo oficial da cidade, a escolha pela própria população representava o sentimento que se tinha pelo local (DIÁRIO DA MANHÃ, 1999). Em 2005, o Bosque dos Buritis saiu novamente vencedor num outro concurso promovido pelo Banco Itaú.

Figura 9: Análise da ocupação do Bosque dos Buritis nas décadas de 1960, 1980, 1990 e 2000 (da esq. para a dir.). Acervo da autora, 2016.

Desde então, a configuração da área alterou-se pouco (Figura 9), tornando-se um bem precioso para o discurso ambiental, inferindo sua relevância como área de Especial Interesse Histórico e Cultural, conforme consta nos relatórios de elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento de Goiânia (SEPLAM, 1992). Observa-se que a preocupação com relação à preservação do Bosque dos Buritis



é recente, considerando-se que o local foi quase todo desmatado e atualmente possui uma densa vegetação, fruto de replantios. Manter o local como área verde relaciona-se à criação da imagem de uma “cidade verde”, “cidade ecologicamente correta” ou “das flores”.

Em 2005, para manter maior controle e manutenção do Bosque, a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) elaborou o Plano de Manejo da área, um instrumento de planejamento e gestão (Figura 10). Nele foram estabelecidas diretrizes com o objetivo de promover a recuperação das áreas alteradas pelas atividades humanas, proteger as nascentes do córrego dos Buritis, recuperar e conservar o ambiente, no que diz respeito ao solo, vegetação e água, facilitar e promover a pesquisa científica e o monitoramento da área como forma de se conhecer melhor os recursos naturais protegidos, incentivar projetos artísticos e culturais, possibilitar oportunidades para recreação e turismo e promover o encontro da população urbana com a natureza (AMMA, 2005, p. 104).

Com base no Plano de Manejo, em 2008, o Bosque dos Buritis passou por uma última intervenção proposta pela administração do prefeito Iris Rezende. O objetivo desse projeto era reaver a área, “[...] salvaguardando seus aspectos originais e integrando as mais diversas atividades ali desenvolvidas como forma de obter uma vivência equilibrada e integrada ao meio ambiente [...]” (AMMA, 2008, p. 16). Além disso, buscou-se integrar os elementos que compõem a paisagem do local (vegetação, água e edificações) para “[...] formá-los, suavizá-los e integrá-los [...]” de maneira que ficassem “[...] mais visível o natural, considerando sempre que há entre a vida orgânica e a construção, pontos de contato de inegável valor histórico [...]” (AMMA, 2008, p.16).

Existia a intenção de reestruturação arquitetônica e adequação ambiental com o intuito de revalorização da relação do parque com a cidade e, para alcançar tais objetivos, algumas ações foram definidas: captação da água das nascentes do Córrego Buritis, renovação da água dos lagos, recomposição florística e paisagística, reforma dos caminhos internos, da pista de caminhada, das trilhas interpretativas, dos equipamentos de convivência e de serviços.

A intervenção foi responsável pela reforma das calçadas, o alambrado foi substituído por uma mureta, o paisagismo foi melhorado, o mobiliário foi todo renovado. Apesar da afirmação com relação às intenções de maximizar os usos culturais oferecidos pelo Bosque, verificou-se que os edifícios tiveram apenas suas fachadas reformadas, prevalecendo ações alinhadas ao discurso ambiental, reafirmando a imagem do cinturão verde. A parte voltada para o Setor Oeste recebeu tratamento apenas de adequação do acesso dos edifícios, que continuam subutilizados, não atendem adequadamente ao programa e atividades culturais que abrigam e não garantem seu pleno funcionamento.

Essa última intervenção fez parte de um programa de metas da última administração municipal (2008-2012), que envolveu, entre outras, a intervenção no Lago das Rosas e no Parque Mutirama. Suas propostas relativas às questões ambientais tinham o foco na preservação dos recursos naturais, especialmente os hídricos. O plano municipal resultou na implantação de 22 bosques e parques

Figura 10: Áreas definidas no zoneamento determinado pelo Plano de Manejo. Acervo da autora, 2016.



na cidade, tornando-se referência nacional em termos de “preservação ambiental” (GUIMARÃES, 2010, p. 62), como discurso e promoção da administração pública.

Atualmente a AMMA apresenta um levantamento de 191 unidades de conservação em toda a cidade e a administração pública denominou Goiânia como a “capital verde do Brasil”. Em 2007, divulgava-se que a cidade contava

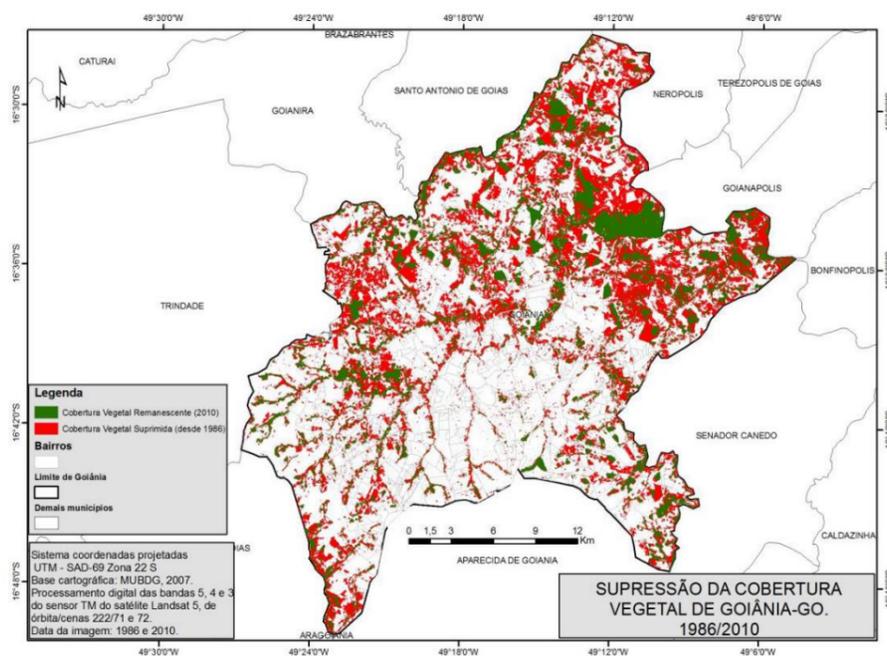


Figura 11: Mapa apresentando as áreas verdes da cidade em 1986 (em vermelho) e em 2010 (em verde). Fonte: STREGLIO, 2012.

com 94 metros quadrados de áreas verdes – como praças, jardins e áreas particulares – por morador, superando Curitiba (referência nacional em arborização). Ressalta-se que a comparação de Goiânia estendia-se a importantes cidades globais como Nova Iorque, Londres e Paris (CUNHA, 2008). Essa imagem de Goiânia foi reiterada pelo título de capital brasileira com melhor índice de qualidade de vida recebido, naquele mesmo ano, pelo Instituto Brasil América (DIÁRIO DA MANHÃ, 2007), que relacionava a qualidade de vida à quantidade de área verde da cidade.

De acordo com Silva e Almeida (2013, p. 8), os investimentos na implantação de áreas verdes e na criação de parques são cada vez maiores na cidade e a construção de alguns desses foi financiada por incorporadores e construtoras, empresas particulares, em regime de compensação ambiental, como ocorreu, por exemplo, com o Parque Flamboyant e o Parque Cascavel, ambos localizados em regiões de grande valorização imobiliária da capital. As empresas responsáveis assinaram um Termo de Compromisso Ambiental com a AMMA, que determinava o repasse de cerca de 300 mil reais para realizar obras no Parque Flamboyant e custear parte da implantação do Bosque Índia Diacuí, no Conjunto Aruanã I.

Nesses casos, a prefeitura afirma que todas as partes envolvidas se beneficiam com a compensação ambiental: a empresa construtora ganha ao agregar valor ao empreendimento realizado próximo a um parque, a população obtém mais uma área verde e de lazer para utilizar e contemplar, e a prefeitura pode oferecer mais um parque para a população, garantindo a melhoria da qualidade de vida do município, sem despesas para os cofres públicos.

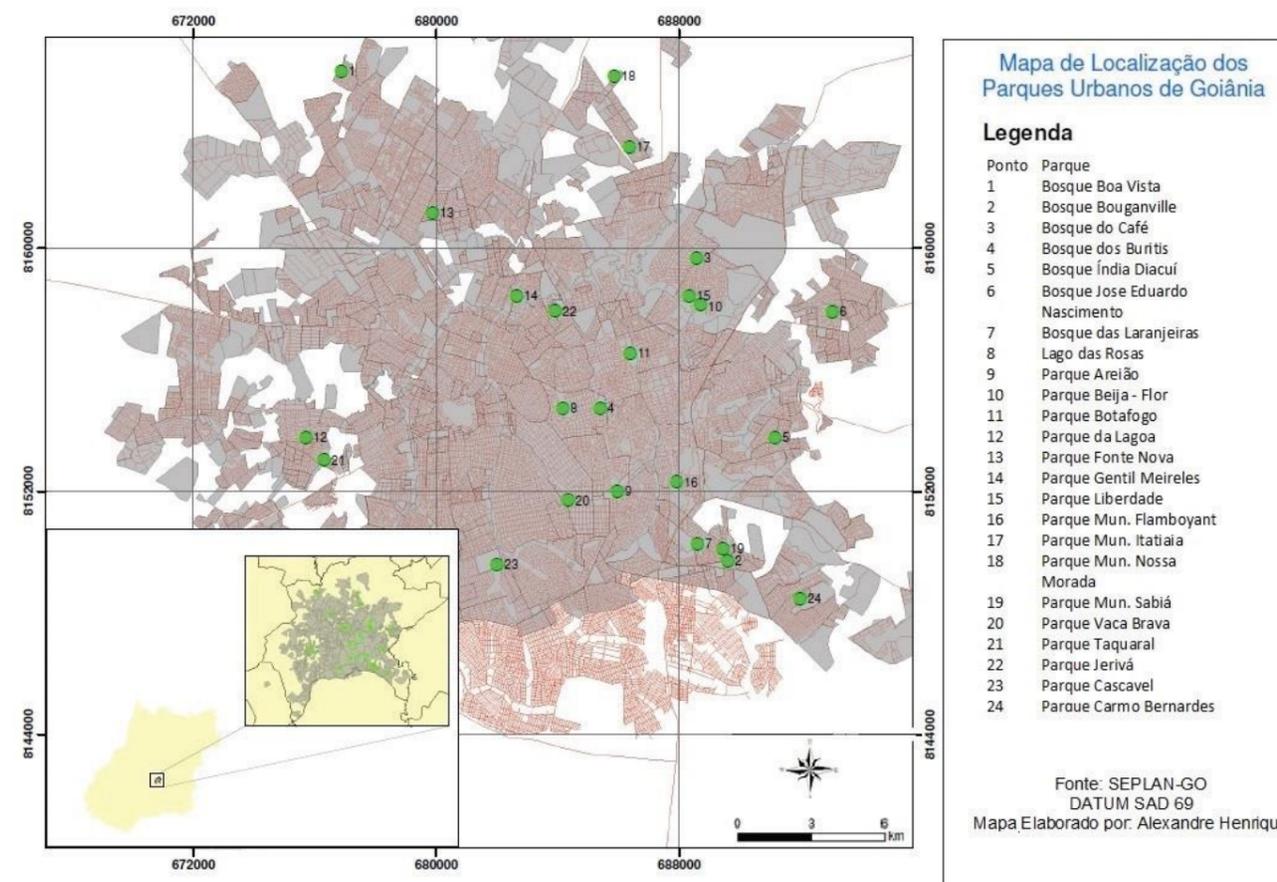
Streglio (2012, p.15) afirma que o processo de urbanização da nova capital reduziu sua vegetação natural em torno de 47,3% (Figura 11) e que, “[...]apesar das recentes iniciativas de proteção dos recursos naturais e da política de

reforma e criação de parques urbanos, característica das últimas gestões municipais, nas duas últimas décadas, a redução de áreas verdes na cidade de Goiânia continua avançando” (Idem).

De modo geral, a criação de imagens de Goiânia vinculadas às áreas verdes e a sua valorização pelo mercado imobiliário associam-se para alimentar um modelo de expansão urbana sistematizado, sugerindo o desencadeamento de um processo, no qual, a expansão urbana ocorre em conjunto com a implantação de novos parques urbanos, cujo entorno imediato é ocupado por edifícios residenciais de múltiplos pavimentos.

Entendido como um modelo de expansão a subsidiar novos lugares, observa-se a implantação de 14 parques (Figura 12) na última década. Além disso, a criação e as intervenções desses parques, acompanhadas de discursos de “cidade verde”, “cidade sustentável” que buscam definir uma imagem de Goiânia, transformaram-na numa referência nacional em termos de “preservação ambiental”, discurso reiterado pelas sucessivas administrações públicas da capital de Goiás com finalidade publicitária.

Figura 12: Localização dos parques da cidade de Goiânia. Fonte: SEPLAM



### 3. QUATRO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Rosa Kliass, importante paisagista brasileira, definiu os parques urbanos como “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação” (1993, p.

19). Além disso, não se deve desconsiderar a maneira como esses espaços são carregados de conteúdo simbólico e são representações de crenças e valores. A princípio, as áreas verdes eram os jardins privados, tidos como espaços que, em geral, representavam uma posição de poder e destaque social, ou sentidos religiosos e mitológicos associados ao paraíso ou ao poder de divindades. E, posteriormente, retomando à Revolução Industrial, os parques começaram a surgir e assumir o sentido dos espaços públicos como definido por Kliass (1993), naquele momento associados à higienização e à qualidade de vida do ambiente urbano.

Pode-se considerar que, associado ao uso de recreação determinado por Kliass, está um outro de parque urbano como “antídoto” ao ritmo intenso da vida na cidade, exposto por Serpa (2014, p.82). O autor afirma que

A necessidade de natureza nunca foi tão evidente, colocando os parques públicos no centro das novas problemáticas urbanas, e tornando o uso de “áreas verdes” um direito de todos os cidadãos. Em seu aspecto material, o parque público é mais do que nunca um “espaço de natureza” em ruptura com os “espaços minerais”, o ambiente construído e os ritmos urbanos. [...] Hoje, não se fala mais em “curar” as doenças da classe operária; se as preocupações higienistas perduram, elas assumem novas formas, aquelas do “bem-estar” do “se sentir bem”. [...] Esses espaços de natureza [...] representam o antídoto para os ritmos urbanos, o stress e a poluição. (Idem).

Na história da cidade de Goiânia, os parques urbanos surgiram com base nas questões higienistas, o objetivo era proporcionar ar puro e conservar as reservas hídricas da nova capital. Os usos de recreação e embelezamento da cidade já haviam sido expostos e, aos poucos, novos sentidos foram agregados a esses espaços. É com base na leitura do Angelo Serpa (2014) que esses novos usos são debatidos a partir de quatro categorias: acessibilidade, valorização imobiliária, visibilidade, e turismo e espetacularização.

No primeiro ponto, a acessibilidade nos parques urbanos, o autor aborda a desigualdade presente no processo de apropriação desses locais, entendidos, muitas vezes, como mercadorias de consumo para a minoria da sociedade. De acordo com o autor, essa categoria não se refere apenas ao acesso físico, uma vez que o que está em discussão é um espaço público e, portanto de acesso irrestrito, mas refere-se também ao acesso simbólico, uma vez que, em geral, nota-se uma “[...]apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos” (SERPA, 2014, p.16).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Bosque dos Buritis apresenta algumas características peculiares com relação aos seus usuários. O Plano de Manejo, elaborado em 2005, apresenta um levantamento da ocupação do parque com resultados que apontam para uma apropriação de um público bastante diversificado no local (AMMA, 2005). Para a realização desse levantamento, 263 pessoas foram entrevistadas, entre elas 137 homens e 126 mulheres, 48% do total, frequenta o parque no período matutino, 49% no período vespertino e 3% no período noturno. A maioria dos entrevistados frequenta o local

esporadicamente (39,54%), 26,96% frequenta de duas a três vezes por semana e 26,62%, todos os dias.

Outro índice importante levantado pelo Plano de Manejo (2005, p.19) diz respeito à proximidade da residência do usuário com o parque: 51,33% não mora próximo ao parque, contra 42,59% de habitantes do entorno. A maioria do público que frequenta o Bosque tem entre 31 e 60 anos de idade, e 19,01% recebe entre um e dois salários mínimos, 34,22% recebem entre dois e quatro, 22,05% recebem entre quatro e oito salários mínimos e 17,87%, acima de 8 salários, o restante não respondeu à pergunta.

Numa pesquisa sobre o Parque Flamboyant, parque localizado na região sul da cidade, no ano de 2004, Guimarães (2010, p.152) aponta que a maioria dos seus usuários (55%) possuem renda familiar acima de seis salários mínimos, com 10% que recebem entre um e três salários e 35% que recebe de quatro a seis. 35% frequentam o local todos os dias, 15%, apenas nos finais de semana e 50%, de duas a três vezes na semana. Além disso, a pesquisa apontou que metade das pessoas moram no bairro, enquanto a outra metade mora no seu entorno.

A partir da comparação entre esses dados e as características de cada um dos bairros que abrigam o Bosque (Setor Oeste e Central) e o Parque Flamboyant (Jardim Goiás), é possível reforçar a ideia de que, ao contrário da maioria dos parques urbanos com acesso restrito a determinadas classes sociais, o Bosque dos Buritis conta com um público diversificado. De modo geral, os dois parques são mais frequentados no período diurno, no entanto, o Bosque apontou que a maioria de seus usuários o frequentam esporadicamente, enquanto no Parque Flamboyant a maioria dos usuários o frequenta todos os dias ou com a regularidade de duas ou três vezes na semana. A frequência de uso pode se relacionar com a proximidade da habitação de seus usuários, e, quando relacionados à renda familiar, percebemos que os salários dos usuários do Parque Flamboyant apontam para uma grande maioria de público com renda acima de quatro salários mínimos, por outro lado, no Bosque, 53,23% recebem abaixo disso, enquanto 39,92% recebem acima desse montante.

É possível inferir que o Bosque dos Buritis conta com a vantagem de estar localizado próximo ao centro da cidade, com acesso facilitado pelo transporte público e que, apesar de ter o entorno imediato predominantemente ocupado por habitações, aponta para usos comerciais e de serviços no seu entorno próximo, fator que colabora com a variedade de usuários. Por outro lado, a quantidade de visitantes que não habitam o entorno do local, pode apontar para o fato dos parques públicos de Goiânia estarem concentrados na sua região central. Apesar da administração pública informar que Goiânia possui 32 parques, apenas a minoria deles conta com infraestrutura para receber visitantes ou não possui a mesma estrutura e cuidado dos parques mais centrais.

Esse fator indica outra categoria debatida por Serpa e que se refere à valorização imobiliária. Nessa análise, o autor debate sobre os parques urbanos como elementos de segregação social e utiliza um método de investigação que consiste na qualificação do local em que os parques estão implantados dentro

da escala metropolitana. Segue-se então, a comparação da valorização do solo urbano no entorno próximo do parque e das demais áreas da região metropolitana, para se demonstrar a descontinuidade gerada pelos parques na cidade (SERPA, 2014, p.10).

Já foi mencionada a maneira como o Bosque dos Buritis pode ser compreendido como um modelo de expansão de Goiânia em uma estreita relação estabelecida entre a implantação de parques e a valorização imobiliária. Inúmeros exemplos reforçam essa ideia – Parque Vaca Brava, Parque Areião, Parque Cascavel, Parque Flamboyant, etc. – e, mais recentemente, o projeto de implantação do Parque Cerrado comprova a atualidade da questão. Sua reserva está localizada no bairro Parque Lozandes, onde se localiza o Paço Municipal e no qual se concentram os condomínios Alphaville, Jardins e Portal do Sol.

A divulgação de um edifício habitacional nessa região, o EuroPark Residencial, utiliza a própria valorização imobiliária para divulgar o imóvel, afirmando com o *slogan* “um parque muda tudo” (EUROAMÉRICA INCORPORAÇÕES, 2015) que a implantação de parques urbanos eleva o preço dos imóveis, “aumenta a sofisticação” do local, leva “shoppings, gastronomia e cria novos cartões postais na cidade” (Idem) (Figura 13). A propaganda aponta que as transformações nos bairros, depois que os parques ou melhoras foram implantados, levaram

Figura 13: Imagem de divulgação da localização do Parque Cerrado. Fonte: Site de divulgação do EuroPark Residencial.



serviços de alto padrão, “lojas de marcas de grife” (Idem) para as regiões, abrindo espaço para o crescimento da cidade, uma vez que são nesses locais que se concentram “o alto poder aquisitivo” (Idem) da cidade.

A incorporadora afirma que

[...] acredita no poder da mudança de um parque, por isso, trouxe para o Bairro Lozandes o maior e melhor

empreendimento que Goiânia já viu. Ao lado do maior parque da cidade, o Parque do Cerrado, e com um inédito parque privativo, o EuroPark vai mudar a forma como você enxerga qualidade de vida. (EUROAMÉRICA INCORPORAÇÕES, 2015)

Observa-se, portanto, a maneira como o mercado imobiliário se apropria dos parques urbanos para promover a verticalização – e proporcionar “vistas privilegiadas” –, gerar especulação imobiliária e atuar de forma seletiva em determinadas áreas da cidade que resultam na segregação (RESENDE, 2011, p.5). Consequentemente, o acesso aos parques públicos se torna simbolicamente restrito, pois uma condicionante social é imposta, uma vez que esses passam a receber, majoritariamente, a população de classe mais alta, como no caso apresentado do Parque Flamboyant.

A valorização dessas áreas, em função da implantação dos parques, é um dos fatores responsáveis pelo deslocamento das classes populares para a periferia, que permanece sem parques urbanos com infraestrutura adequada. Esse ponto refere-se à “visibilidade”, terceira categoria de análise de Serpa (2014), sobre a qual o autor afirma que “[...] todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam” (Ibid., p.10).

A partir dessa constatação, pode-se analisar o contexto em que o Bosque dos Buritis começou a se consolidar como parque urbano nas décadas de 1960 e 1970. Naquele momento, Goiânia teve um rápido crescimento em função da inauguração de Brasília, o que acarretou numa crescente demanda por habitação. De acordo com Ribeiro (2004, p. 73), essa foi uma das razões que fizeram com que “[...] projetos periféricos, aqui entendidos como as áreas verdes de preservação, recreação e lazer, principalmente aquelas que se localizavam no entorno das cidades e que não se relacionavam diretamente com a lógica da produção, fossem abandonados” (Idem). A autora afirma ainda que

[...] em Goiânia, só foram implantados em parte aquelas áreas que: se situavam bem próximas à zona urbana, e que logo foram abraçadas por ela, como é o caso do zoológico; as de utilidade pública, o cemitério, por exemplo [...]. As demais foram tragadas e descaracterizadas ao longo dos anos. (Ibid., p. 74)

A decisão por implantar parques e praças apenas nas áreas mais centrais, relaciona-se diretamente com a questão da visibilidade, e ganhou ainda mais força na década de 1990, quando a cidade do Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, e os debates ambientais foram colocados em pauta. Em consonância com os discursos ecológicos, os parques urbanos passaram a ser objeto de interesse do governo do prefeito Darci Acorssi (1993-1996), que assumiu o *slogan* “cidade ecologicamente correta” como mote para sua administração (SILVA, 2012, p.119).

Martins Júnior (1996, p. 81), então Secretário Municipal de Meio Ambiente, afirmou que, para a concretização do que era proposto – transformar Goiânia

numa cidade ecologicamente correta -, retomaram-se as propostas para os espaços livres do projeto elaborado por Attílio Corrêa Lima.

Goiânia nasceu para ser uma metrópole modelo, aglutinadora do desenvolvimento da região Centro-Oeste. Uma cidade concebida em meio à natureza, envolta por densas e ricas matas, planejada pra permitir que o ambiente construído se harmonizasse com os recursos naturais. [...] Uma cidade ecológica, pois as reservas naturais sensíveis à degradação, como nascentes, margens de córregos, matas, veredas, cerrados e buritizais foram destinadas a parques e bosques para sua preservação e uso público (Idem).

Aliando-se discursos, realizações e força publicitária, Goiânia acabou conquistando, em 1996, o título de cidade ecologicamente correta outorgado pela Sociedade Brasileira para Valorização do Meio Ambiente, em conjunto com outras cento e quinze entidades ambientais, no 3º Encontro Mundial de Ecologia Urbana, realizado em Campinas, São Paulo, no mês de Janeiro de 1995 (GUIMARÃES, 2010, p.52).

As administrações municipais seguintes também aderiram à utilização dos *slogans* que colaboraram para a criação da imagem de Goiânia como a “capital verde do Brasil”, título utilizado hoje para se referir à cidade. A última categoria debatida, “turismo e espetacularização”, aborda justamente a questão da criação de imagens e de propostas de planejamento que desencadeiam reinvenções das cidades tendo em vista seu consumo turístico. Serpa (2014, p. 107) afirma que essa categoria diz respeito à “[...] cidade das requalificações e revitalizações urbanas, cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo” (Idem).

O termo “espetacularização”, ao qual Serpa (2014) faz referência, diz respeito à obra de “A sociedade do espetáculo”, de Guy Debord (2003). Nesse livro, o autor apresenta uma sociedade do espetáculo na qual tudo gira em torno do consumo de mercadorias e produtos divulgados como essenciais pelas indústrias. Debord afirma que “[...] o espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem” (Ibid., p. 27). Sendo assim, ele “[...] é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social. Tudo isso é perfeitamente visível com relação à mercadoria, pois nada mais se vê senão ela: o mundo visível é o seu mundo” (Ibid, p. 32).

E sobre o processo associado às cidades contemporâneas, Paola Berenstein Jacques estabelece que sua espetacularização é

[...] indissociável das estratégias de marketing ou mesmo do que se chama *branding* (construção de marcas), que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas de modo a lhes garantir um lugar na geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais. (JACQUES, 2009).

Em Goiânia, as tentativas de criação de uma imagem definidora de sua identidade urbana, muitas vezes, visaram “atualizar” a cidade à semelhança de inúmeras capitais que almejavam ser incluídas em destinos turísticos. Não cabe

referir-se à Goiânia como uma cidade que busca uma inserção numa escala global, mas é essencial considerar sua publicidade para elevá-la num ranking de cidades competitivas no contexto nacional. O breve histórico apresentado expôs esta situação a partir da fala de Waldir Santos Aguiar, ex-diretor da Diretoria de Parques e Jardins de Goiânia, na administração do prefeito Nion Albernaz, na década de 1990, quando Aguiar mencionou a preocupação com o embelezamento da cidade para os turistas.

Na formulação das imagens de Goiânia como “cidade verde”, “cidade das flores”, o Bosque dos Buritis tem sido importante protagonista, uma vez que dentro dessa lógica de espetacularização das cidades, os espaços públicos são “[...] vistos como estratégicos para a construção e a promoção de imagens de marca consensuais, ou seja, são pensados enquanto peças publicitárias, para consumo imediato” (JACQUES, 2009). Nesse sentido, o Bosque dos Buritis não pode ser excluído dessa análise, uma vez que passou por diversas intervenções que contribuíram com a criação de uma imagem da cidade e que o definiram como o cartão-postal de Goiânia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das categorias *acessibilidade, valorização imobiliária, visibilidade e turismo e espetacularização*, explicita processos de transformação dos espaços livres, e da cidade de modo geral. A imagem de Goiânia como cidade verde, divulgada pela administração pública, e a ideia do Bosque como cartão-postal, que focam no reforço dessa imagem, são marcantes.

O histórico do Bosque apontou para intervenções no local aliadas às intenções do mercado imobiliário que se aproveita desses discursos e medidas, entretanto, seria um erro dizer que foi esse mercado que iniciou a propaganda, uma vez que ele surge com as próprias administrações municipais. Em contrapartida, não se minimiza a impulsão dada pelas imobiliárias à essa imagem de Goiânia, pois as transformações efetivas do Bosque, iniciadas nas décadas de 1960 e 1970, determinaram um modelo de expansão da cidade baseada em parcerias público-privadas que implantam parques ilhados por edifícios residenciais de múltiplos pavimentos, como nos casos dos Parques Flamboyant, Parque Cascavel e, mais recentemente, no Parque Cerrado.

#### 5. REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. **Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente 2008** – Compêndio dos Trabalhos Premiados. Modalidade Urbanismo. Goiânia, 2008.
- BOSQUE dos Buritis ganha concurso *eleja* Goiânia.** *Diário da manhã*, Goiânia, 17 dez. 1999.
- CUNHA, Cileide Alves. **Aval do Passado: Iris Rezende – Memória e Política (1958 – 1982)**. Dissertação de Mestrado em História, FCHF. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo** – comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2003.
- EUROAMÉRICA INCORPORAÇÕES. **Europark - Um Parque Muda Tudo! 5’30”**, Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/Xf3yXJrNBEA>>.

FERREIRA JÚNIOR, Lícido de Carvalho Bueno. **Os Reflexos do processo de ocupação e apropriação do espaço intra-urbano de Goiânia: o caso do Setor Bueno.** Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GUIMARÃES, Cláudia Gomides. **Parques Urbanos: sua influência no Planejamento e Desenvolvimento das cidades.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009 Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade.** São Paulo: PINI, 1993.

LIMA, Atílio Corrêa. **Plano Diretor da Cidade.** In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Goiânia: coletânea especialmente editada pelo IBGE como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia.* Rio de Janeiro, 1942a.

MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. **Dicionário de lugares Imaginários.** Lisboa: Tinta da China, 2013.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Uma Cidade Ecologicamente Correta.** Goiânia: AB, 1996.

MELLO, Márcia Metran de. **Goiânia: cidade de pedras e de palavras.** Goiânia: UFG, 2006.

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes Brandão de. **A praça em suas múltiplas dimensões espaciais: o desvendar das similaridades e diversidades de praças goianienses.** Universidade Federal De Goiás – UFG / Instituto De Estudos Sócioambientais – IESA. Goiânia, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.** *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, fev. 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>.

RESENDE, Ubiratan Pereira de. **Qualidade De Vida, Meio Ambiente Urbano e Especulação Imobiliária: Um Estudo sobre a Implantação do Parque Cascavel, Na Região Sul De Goiânia.** II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade UFG / IESA / NUPEAT - Goiânia, 2011.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema e áreas verdes.** Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Infraestrutura verde: uma estratégia de conexão entre pessoas e lugares** – Por um planejamento urbano ecológico para Goiânia. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Clarinda A; ALMEIDA, Maria G. de. **Cidade Das Flores, Capital Verde, Cidade Dos Parques: representações sociais e identidades conferidas à Goiânia.** 14º Encontro de Geógrafos de América Latina. Territorialidade Ameaçada: Políticas e Capim Dourado no Jalapão, 2013. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/39.pdf>>

STREGLIO, Carolina Ferreira da Costa. **Parques Urbanos de Goiânia-Go: Dinâmica Espacial e Potencial Turístico.** Dissertação de Mestrado: Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.





anos  
tombamento  
do acervo

DOSSIÊ  
**GOIÂNIA**



anos  
fundação  
da cidade

**REVISTA NÓS**

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS  
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

Laila Beatriz da Rocha Loddi Título:  
Título: Grande Hotel I  
Técnica: Dobradura sobre fotografia  
Dimensões: 45x55x5 cm  
Data: 2023